

# SUMÁRIO

## I

<b>NOÇÕES BÁSICAS DE ARBITRAGEM.....</b>	<b>15</b>
I.1. Introdução .....	15
I.2. Distinção entre arbitragem de direito internacional público, arbitragem de investimentos e arbitragem privada. Distinção entre arbitragem doméstica e arbitragem estrangeira ou internacional.....	18
I.2.1. Arbitragem internacional de direito internacional público .....	18
I.2.2. Arbitragem de investimentos.....	20
I.2.3. Arbitragem comercial (privada) internacional .....	24
I.2.3.i. Arbitragem comercial (privada) doméstica e arbitragem estrangeira (internacional).....	25
I.3. Características da Arbitragem: vantagens e desvantagens .....	25
I.3.1. A arbitragem possibilita uma solução mais rápida do que a via tradicional, de recurso ao Judiciário.....	25
I.3.2. Os árbitros são indicados pelas partes, possibilitando um julgamento mais especializado.....	28
I.3.3. Confidencialidade .....	28
I.3.4. Flexibilidade quanto à escolha/aplicação de lei estrangeira ou princípios gerais de direito para reger o mérito da controvérsia .....	29
I.3.5. Flexibilidade quanto à escolha/aplicação de lei estrangeira ou regras de câmaras arbitrais para reger o processo arbitral.....	32
I.3.6. Neutralidade.....	33
I.4. Autonomia da vontade como fundamento e limite da arbitragem.....	33

## II

<b>A ARBITRAGEM NO BRASIL: HISTÓRICO, DESENVOLVIMENTO E EVOLUÇÃO NORMATIVA.....</b>	<b>39</b>
II.1. Introdução .....	39
II.2. O sistema anterior à lei de arbitragem .....	41

II.2.1.	Arbitragens domésticas.....	41
II.2.2.	Arbitragens internacionais ou estrangeiras.....	43
II.3.	A Lei de Arbitragem de 1996 .....	44
II.3.1.	Arbitragens domésticas.....	44
II.3.2.	Arbitragens internacionais ou estrangeiras.....	47
II.3.3.	A discussão no STF sobre a inconstitucionalidade da Lei de Arbitragem.....	49
II.4.	Os tratados sobre arbitragem em vigor no Brasil.....	50
II.4.1.	Breves comentários sobre o sistema brasileiro de internalização de tratados...	50
II.4.2.	Tratados ratificados pelo Brasil.....	52
II.4.2.i.	Protocolo relativo à Cláusula de Arbitragem de 1923 – Genebra.....	53
II.4.2.ii.	Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional de 1975 – Panamá .....	57
II.4.2.iii.	Convenção Interamericana sobre Eficácia Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiros de 1979 – Montevidéu .....	58
II.4.2.iv.	Protocolo do Mercosul de Cooperação e Assistência Mútua Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa – Las Leñas .....	59
II.4.2.v.	Convenção sobre Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras de 1958 – Nova York.....	60
II.4.2.vi.	Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do Mercosul.....	64
II.4.2.vii.	Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile de 2002 (Buenos Aires).....	64
II.4.3.	Arbitragem e UNCITRAL.....	65

### III

<b>A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM .....</b>	<b>69</b>	
III.1.	Cláusula compromissória e compromisso arbitral .....	69
III.2.	O Direito aplicável à validade material da convenção de arbitragem.....	71
III.3.	Validade formal da cláusula de arbitragem.....	84
III.4.	Podere de representação .....	90
III.5.	Importância da escolha do idioma e da sede.....	93
III.5.1.	Escolha do idioma.....	93
III.5.2.	Escolha da sede.....	97
III.6.	Convenção de Arbitragem: a questão intertemporal .....	101
III.6.1.	Execução específica da cláusula compromissória.....	101
III.6.2.	Arbitragem envolvendo a Administração Pública.....	106
III.6.3.	Arbitragem em matéria trabalhista .....	107

IV

<b>ARBITRABILIDADE .....</b>	<b>109</b>
IV.1. Arbitrabilidade objetiva.....	109
IV.2. Arbitrabilidade subjetiva.....	114
IV.3. Questões Polêmicas.....	115
IV.3.1. Cláusulas compromissórias em contratos de adesão e consumo.....	116
IV.3.2. Arbitragem envolvendo matéria trabalhista.....	122
IV.3.3. Arbitragem e propriedade intelectual.....	129
IV.3.4. Arbitragem e corrupção.....	132
IV.3.5. Arbitragem em matéria societária.....	138
IV.3.6. Insolvência e arbitragem.....	147

V

<b>INTERPRETAÇÃO E ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM .....</b>	<b>153</b>
V.1. A Importância da Redação da Cláusula Compromissória. Pressuposto Jurídico: Necessidade de Clareza da Renúncia Prévia à Jurisdição Estatal.....	153
V.1.1. Cláusulas patológicas.....	154
V.1.2. O exame sistemático do contrato em que se insere a cláusula compromissória.....	158
V.2. Alcance da convenção da arbitragem.....	160
V.2.1. Alcance objetivo.....	160
V.2.1.1. Questões extracontratuais.....	160
V.2.1.2. Contratos coligados.....	170
V.2.2. Alcance subjetivo. Vinculação de partes não signatárias.....	173
V.2.2.1. Estipulação em favor de terceiros, promessa de fato de terceiro e a convenção de arbitragem.....	179
V.2.2.2. A extensão da convenção de arbitragem a terceiros decorrente da negociação e execução de um contrato.....	181
V.2.2.3. Múltiplos contratos.....	182
V.2.2.4. Grupos econômicos.....	185

VI

<b>COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL ARBITRAL.....</b>	<b>187</b>
VI.1. A competência do tribunal arbitral para decidir sobre sua própria competência como corolário da autonomia da convenção de arbitragem.....	187
VI.2. A <i>Kompetenz-kompetenz</i> no Direito brasileiro.....	187
VI.3. A <i>Kompetenz-kompetenz</i> no Direito estrangeiro e convenções internacionais.....	198

## VII

<b>O ÁRBITRO.....</b>	<b>207</b>
VII.1. Definição.....	207
VII.2. A formação do Tribunal Arbitral.....	209
VII.2.1. O número de árbitros.....	209
VII.2.2. A escolha dos árbitros.....	210
VII.2.3. Pluralidade de partes no mesmo polo processual.....	215
VII.2.4. A nacionalidade dos árbitros em arbitragens internacionais.....	218
VII.2.5. Questões atinentes à capacidade dos árbitros.....	219
VII.2.6. A aceitação para atuar como árbitro e suas consequências.....	222
VII.3. Imparcialidade e independência dos árbitros.....	226
VII.4. O árbitro na arbitragem <i>ad hoc</i> e na arbitragem Institucional.....	236
VII.4.1. Recusa por uma das partes em indicar árbitro e impugnação dos árbitros.....	237
VII.4.2. Atribuições adicionais do árbitro na arbitragem <i>ad hoc</i> .....	239

## VIII

<b>LEI APLICÁVEL AO MÉRITO DA ARBITRAGEM .....</b>	<b>241</b>
VIII.1. Nota prévia sobre o conflito de leis em matéria contratual.....	241
VIII.2. A natureza da arbitragem.....	245
VIII.3. A lei material aplicável pelo árbitro.....	248
VIII.3.1. Autonomia da vontade.....	248
VIII.3.2. Ausência de escolha.....	257
VIII.3.3. Aplicação da <i>lex mercatoria</i> .....	262
VIII.3.4. A Arbitragem e as normas de ordem pública nacionais.....	269
VIII.3.5. A arbitragem e a ordem pública verdadeiramente internacional.....	274

## IX

<b>CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS PELO ÁRBITRO ..</b>	<b>277</b>
IX.1. Duas Notas prévias: distinção entre o árbitro e o juiz na aplicação da lei e sistemas de controle de constitucionalidade de leis (Direito Comparado).....	277
IX.1.1. Distinção entre o árbitro e o juiz na aplicação da lei.....	277
IX.1.2. Sistemas de controle de constitucionalidade de leis (direito comparado).....	278
IX.2. Controle de constitucionalidade das leis pelo árbitro.....	280
IX.2.1. Arbitragem doméstica com aplicação de lei material brasileira.....	281
IX.2.2. Arbitragem doméstica com aplicação de lei estrangeira contrária à constituição local.....	282
IX.2.3. Arbitragem doméstica com aplicação de lei estrangeira contrária à constituição estrangeira.....	286
IX.2.4. Arbitragem doméstica com aplicação de lei estrangeira que por decisão posterior da corte constitucional estrangeira foi considerada inconstitucional.....	292

IX.2.5. Arbitragem estrangeira com aplicação de lei brasileira .....	292
IX.3. O controle de constitucionalidade de sentença arbitral estrangeira .....	293
IX.3.1. Sentença arbitral proferida no exterior com aplicação de lei brasileira contrária à Constituição brasileira pode ser homologada pelo STJ? .....	293
IX.3.2. Sentença arbitral proferida no exterior com base em lei brasileira que foi declarada inconstitucional pelo STF pode ser homologada pelo STJ? .....	294

## X

### **O PROCEDIMENTO ARBITRAL ..... 295**

X.1. Medidas de Urgência.....	295
X.1.1. Competência internacional para decidir e executar medidas de urgência.....	305
X.2. A Lei aplicável ao procedimento da arbitragem.....	308
X.2.1. Critérios para a determinação da lei aplicável ao procedimento arbitral .....	311
X.2.2. A lei processual da sede da arbitragem.....	317
X.3. Confidencialidade em procedimentos arbitrais.....	322
X.3.1. Conceito e escopo da confidencialidade .....	322
X.3.2. Vantagens e desvantagens de procedimentos arbitrais sigilosos .....	328
X.3.3. Exceções ao dever de confidencialidade na arbitragem.....	332
X.3.4. Confidencialidade em arbitragens envolvendo a Administração Pública.....	336
X.4. Provas na arbitragem .....	343
X.4.1. Expedição de rogatórias por tribunais arbitrais .....	344
X.4.2. Carta arbitral.....	347
X.4.3. A lei aplicável à prova .....	347
X.4.4. O poder instrutório dos árbitros: a prova documental, pericial e testemunhal na arbitragem .....	349
X.5. Litispendência e Coisa julgada em arbitragem.....	365
X.5.1. Relações entre processos em curso.....	366
X.5.2. Coisa julgada.....	372

## XI

### **INVALIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL ..... 379**

XI.1. Esclarecimentos preliminares.....	379
XI.2. O direito estrangeiro.....	383
XI.3. O sistema brasileiro.....	391
XI.4. Hipóteses de nulidade previstas no art. 32 da Lei de Arbitragem.....	399
XI.5. Outras hipóteses de invalidade/inexistência da sentença arbitral.....	408
XI.6. É possível excluir a possibilidade de ação anulatória?.....	414

## XII

**ARBITRAGEM ENVOLVENDO O ESTADO ..... 419**

XII.1.	Distinção entre arbitragem de direito internacional público, arbitragem de investimentos e arbitragem privada.....	419
XII.2.	Arbitragem envolvendo o Estado: cenário anterior à lei nº 13.129/2015.....	419
XII.2.1.	Legislação .....	419
XII.2.2.	Jurisprudência.....	424
XII.3.	Arbitrabilidade dos litígios envolvendo a administração pública: Alterações previstas no regime da Lei nº 13.129/2015 .....	432
XII.3.1.	Arbitrabilidade do litígio .....	433
XII.3.1.1.	Arbitrabilidade subjetiva.....	433
XII.3.1.2.	Arbitrabilidade objetiva .....	438
XII.4.	Publicidade.....	446
XII.5.	Importância/consequências da escolha do idioma pelo ente estatal .....	449
XII.6.	Importância/consequências da escolha da sede pelo ente estatal .....	452
XII.7.	Lei aplicável às arbitragens que envolvam o ente público.....	458
XII.8.	Escolha dos árbitros e da câmara arbitral.....	462
XII.9.	Cumprimento da Decisão arbitral pelo Estado.....	465
XII.10.	O art. 109, §§ 1º e 2º, da CF e sua eventual aplicação no contexto da arbitragem .....	467

## XIII

**ARBITRAGEM NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NO DIREITO BRASILEIRO..... 471**

XIII.1.	Vantagens da Utilização da Arbitragem no contexto de Petróleo e Gás.....	471
XIII.2.	Arbitragem na Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/97).....	474
XIII.3.	Arbitragem nos Contratos de Concessão das Rodadas de Licitação da ANP .....	481
i)	Rodada zero .....	482
ii)	Primeira rodada.....	487
iii)	Segunda rodada.....	489
iv)	Terceira rodada.....	489
v)	Quarta e quinta rodadas.....	490
vi)	Sexta, sétima, oitava, nona e décima rodadas.....	492
vii)	Décima primeira rodada.....	495
viii)	Décima segunda rodada .....	496
ix)	Décima terceira rodada .....	496
x)	Décima quarta rodada.....	497
xi)	Décima quinta, sexta e sétima rodadas .....	498
XIII.4.	Arbitragem no Pré-Sal.....	500
XIII.5.	Arbitrabilidade dos litígios decorrentes dos contratos de concessão .....	500

XIV

**ARBITRAGEM INTERNACIONAL..... 503**

XIV.1. Arbitragem internacional: definição e histórico ..... 503

XIV.2. Arbitragem internacional no direito estrangeiro ..... 508

XIV.3. Inovações da Lei de Arbitragem brasileira em matéria de arbitragem estrangeira ou internacional ..... 514

    XIV.3.1. Prevalência do direito convencional sobre a Lei de Arbitragem ..... 514

    XIV.3.2. Dispensa da homologação judicial no país de origem da sentença arbitral..... 516

    XIV.3.3. Dispensa da citação da parte domiciliada no Brasil pela via da rogatória..... 519

XIV.4. Questões polêmicas acerca da arbitragem comercial internacional ..... 521

    XIV.4.1. A importância da sede da arbitragem..... 521

    XIV.4.2. Competência do Judiciário do país da sede ..... 523

        XIV.4.2.1. Nulidade do laudo..... 523

    XIV.4.3. Desvinculação da sede da arbitragem..... 526

        XIV.4.3.1. Jurisprudência estrangeira..... 528

        XIV.4.3.2. Jurisprudência brasileira ..... 533

    XIV.4.4. Execução do laudo ..... 536

XV

**HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ARBITRAIS ESTRANGEIRAS ..... 539**

XV.1. Breve histórico ..... 539

XV.2. Conceito de sentença arbitral estrangeira ..... 544

XV.3. Convenções em vigor no Brasil e adesão à Convenção de Nova York ..... 546

XV.4. A homologação de sentenças arbitrais estrangeiras na jurisprudência ..... 549

    XV.4.1. Vício de citação..... 550

    XV.4.2. Eficácia da decisão no país onde proferida: Sentença arbitral anulada no país de origem..... 552

    XV.4.3. Invalidez da convenção de arbitragem..... 555

    XV.4.4. Sentença arbitral estrangeira contrária à ordem pública..... 556